

## **Processos de catalogação de partituras: revisão bibliográfica e discussão crítica**

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL

XXX  
xxx@xxxxxx

XXX  
xxx@xxxxxx

**Resumo:** Estudamos os processos de catalogação e organização de partituras. Para tanto, revisamos a bibliografia disponível em buscadores virtuais e bancos de dados. Feito isso, classificamos os arquivos encontrados e selecionamos aqueles que tratam a catalogação em sua amplitude, fazendo, para tanto, o cruzamento das informações neles contidas. Como resultado, obtivemos treze arquivos que discorriam sobre os processos de catalogação e as dificuldades encontradas nesse processo. Concluímos, pois, que há a necessidade de uma integração entre o músico/musicólogo e um profissional de ciências da informação.

**Palavras-chave:** Processos de catalogação, Revisão bibliográfica, Musicologia, Biblioteconomia.

### **Processes of Score's Cataloguing: bibliographic review and critical arguing**

**Abstract:** We studied the score's cataloguing processes and organization. We reviewed the available bibliography on virtual searching mechanisms and databases. After that, we classified the found files and selected those which deal with cataloguing in its amplitude, and crossing the information they content. As results, we obtained thirteen files which expatiated about the cataloguing processes and the difficulties found in this process. We concluded that there is a need of integration between the musician/musicologist and a professional of sciences of information.

**Keywords:** Cataloguing processes, Bibliographic review, Musicology, Biblioteconomy.

### **1. Processos de catalogação e organização de partituras manuscritas**

Fizemos este estudo sobre *processos de catalogação e organização de partituras manuscritas*, com o intuito de mapeá-las e analisá-las nos processos a que foram submetidas. Isto inclui também a comparação e análise da metodologia que os pesquisadores utilizaram para catalogar tais partituras, bem como para levantar as informações nelas contidas.

Para tanto, fizemos uma revisão bibliográfica utilizando do banco de dados BDTD (Banco de Teses e Dissertações) e o procurador de bancos de dados Google Acadêmico. Contemplamos especificamente artigos, dissertações e teses.

Nesta busca, levantamos 5061 arquivos no buscador *Google acadêmico*, sendo 52 selecionados. No *Banco de dados de teses e dissertações*, foram 44 arquivos, dos quais 12 foram selecionados para esta pesquisa.

Os arquivos selecionados foram classificados segundo os seguintes critérios:

- 1º “*Insatisfatório para a pesquisa*”, arquivos que não contemplam a catalogação. Isto ocorreu nas palavras-chave *música colonial*, *compositor luso-brasileiro*, *compositor colonial*, pois muitos dos trabalhos encontrados com estas palavras-chave são relacionados a temas que discutem o contexto histórico do período colonial, as vertentes filosóficas, as festas musicais, a hierarquia da igreja, mas não a catalogação.
- 2º “*Regular para a pesquisa*” são aqueles arquivos que possuem catalogação, mas não discutem a forma ou metodologia de como foi feita esta catalogação. Vemos na pesquisa que são poucos os arquivos classificados como “*regular para a pesquisa*”, ou seja, a metodologia está presente caminhando paralelamente com a catalogação, visto que é necessária uma explicação para que se entenda o catálogo.
- 3º “*Satisfatório para pesquisa*” diz respeito aos arquivos que possuem uma catalogação discutida e demonstrada, sem ser este o foco do trabalho. Muitos destes trabalhos são sobre compositores do período colonial, porque o ponto central dos mesmos é a obra do compositor e não seu catálogo. No entanto, é necessário discutir e demonstrar o processo e metodologia do catálogo para que os leitores entendam o que foi produzido. Logo, temos um processo de catalogação pertinente e de grande importância para esta revisão. Assim como a classificação “*regular para a pesquisa*”, o “*satisfatório para pesquisa*” também não possui muitos arquivos. Isso ocorre devido aos trabalhos que permeiam a catalogação, e que, de alguma forma, necessitam explicá-la.
- 4º “*Excelente para pesquisa*” contempla a catalogação, sendo este um dos principais tópicos do trabalho. Estes trabalhos foram escolhidos para embasar nossa discussão crítica.

Os arquivos estrangeiros foram excluídos, pois a pesquisa de arquivos nacionais se mostrou suficiente para a revisão bibliográfica e a discussão crítica.

Portanto, segundo a classificação dos arquivos selecionados e os critérios acima descritos, contamos com 96 trabalhos selecionados e 53 classificados, dos quais 13 foram considerados *excelentes para pesquisa*, e serão utilizados para as discussões seguintes, pois contemplam a catalogação, bem como sua metodologia e execução. Do restante, nove trabalhos foram *satisfatório para pesquisa*, sete trabalhos foram *regulares para pesquisa*, e vinte e cinco trabalhos foram classificados como *insatisfatório para pesquisa*. Em nossa discussão, serão utilizados apenas os arquivos classificados como *excelentes para pesquisa*.

## **2. Discussão crítica sobre os artigos, teses e dissertações que utilizam ou tratam da catalogação de partituras.**

Na pesquisa, temos apenas um arquivo que trata da catalogação por excelência. Com isto, temos determinadas definições trazidas por este trabalho que nos informam o que seria a catalogação.

A catalogação é o processo através do qual se descreve formalmente um documento ou recurso e se estabelece um número variado e variável de pontos de acesso com objetivo de proporcionar ao utilizador final a possibilidade de encontrar, identificar, selecionar e obter o documento ou recurso descrito ou a informação nele contida. Para a descrição de quaisquer documentos recorre-se a critérios sinaléticos – extraídos do próprio documento, mais ou menos reformulado: informações sobre a própria obra (no caso dos documentos musicais, gênero, dispositivo, tonalidade, etc.), informação sobre o documento em si (tipologia, publicação, dimensões, etc.) – e critérios analíticos e sistemáticos – resultantes de uma dedução, de uma análise de conteúdo (formas, temas, funções) – expressos pelo meio de terminologias ou *thesauri* e de sistemas de classificação (ASSUNÇÃO, 2005: p. 17).

Na música, temos problemas com a catalogação por conta da ambiguidade dos arquivos. Por exemplo, em uma obra literária, encontramos um título para várias edições ou versões daquele material e seu conteúdo é o mesmo; já um título em uma partitura musical pode significar vários documentos diferentes, sendo necessário para a catalogação de informações, além das convencionais, determinar se o documento é uma parte, grade, redução, arranjo, transcrição etc.

Nos trabalhos que contemplam partituras manuscritas, sejam estas do período colonial ou até do séc. XX, nenhum traz formas de catalogação padronizadas, ou seja, cada um dos trabalhos possui sua própria forma de catalogação. Baseado nesta constatação, temos duas questões: a primeira entende como um problema a falta de informação e conhecimento para com as formas de catalogação universais, e a segunda entende a falta de padronização como fator enriquecedor dos trabalhos, trazendo aspectos que muitas vezes não são comuns entre os mesmos.

Para discutir esta questão, usaremos a dissertação de mestrado de Maria Clara Rabanal da Silva Assunção (2005), cujo título é: *Catalogação de documentos musicais escritos – Uma abordagem à luz da evolução normativa*, pois este foi um dos únicos trabalhos levantados que contempla a catalogação de partituras como ponto principal, discorrendo e criticando as formas de catalogação universais.

Segundo o texto, “Em 1949, os congressos da IMS, em Basileia, e da IAML, em Florença, concluíram da necessidade de iniciar um projeto exaustivo de descrição de fontes

musicais existentes em todo o mundo, necessidade que levaria à criação, em 1952 do Projecto RISM – *Répertoire internationale des Sources Musicales*” (ASSUNÇÃO, 2005: pag.8). Como pudemos observar, as formas de catalogação surgem a partir dos anos 1950, sendo que, após 1952, outras normas de catalogação surgiram e se aperfeiçoaram. Com isso, tais programas tomaram algumas vertentes, contemplando a catalogação de partituras de diferentes formas. No texto, a autora trata de três normas: UNIMARC, ISBD (PM) e o RISM. Abaixo, demonstraremos um breve exemplo dessas normas para entendermos como elas trabalham com a catalogação.

- 1º ISBD (PM) – International Standard Bibliographic Description for Printed Music: Este processo de catalogação é destinado à execução musical das partituras impressas e não contempla normas para manuscritos, não abrange tratados teóricos, manuais de solfejo e harmonia, manuais de autoaprendizagem, manuais escolares da disciplina de música e livros sobre música. É dividida em oito zonas: 1ª: Título e Menção de responsabilidade; 2ª: Edição; 3ª: Dados específicos de um tipo de material ou tipo de recurso; 4ª: Publicação; 5ª: Descrição Física; 6ª: Coleção; 7ª: Notas; 8ª: Número Normalizado.

- 2º MARC<sup>1</sup> – (Machine Readable Cataloguing): Neste processo de catalogação, não existe um formato para música, mas ele abrange todas as tipologias documentais, bem como, manuscritos. Dialoga com a ISBD (PM), pois se insere dentro do esquema geral do programa. É dividido em quatro partes: 1º: Campos codificados; 2º: Campos identificativos descritivos; 3º: Campos organizativos; 4º Campos relacionais.

- 3º RISM – Repertoire International des Sources Musicales: Este processo é destinado à identificação de manuscritos musicais. Cria inventários das fontes musicais, não tendo propriamente a função de catalogação, e sua informação é descritiva e organizada de forma não hierarquizada, ou seja, campo a campo.

- 4º AACR – Anglo American Cataloguing Rules: O processo de catalogação AACR é encontrado na monografia de Sérgio Eduardo Silva de Caldas (2007) *“Elementos necessários à representação descritiva de partituras: um estudo com as Bachianas Brasileiras n. 1, 2 e 4 de Heitor Villa- Lobos”*. O autor coloca a AACR para fundamentar sua catalogação. “O AACR constitui-se de regras para catalogação que compõem a descrição de um item bibliográfico.” (CALDAS, 2007: p. 21) Essa norma se divide em: título, menção de responsabilidade, edição, informação específica sobre o material, informação sobre publicação, descrição física, série, notas, números padronizados. No Manual de Catalogação da AACR2 consta: “próprio AACR2 contém regras chamadas de alternativas

ou acréscimos opcionais, deixando à livre escolha do catalogador o emprego ou não de uma regra ou parte dela” (*ibidem*: p. 21).

Observamos que muitos destes processos de catalogação demonstrados anteriormente estão em vigência há mais de meio século, porquanto muitos dos problemas sobre catalogação e organização já foram estudados e revistos. Seria necessário estudar estes processos de catalogação para aplicarmos em nossas partituras manuscritas e catálogos? Será que estes processos são satisfatórios para nosso material manuscrito? Estas questões serão discutidas a seguir, através de trabalhos que utilizam destes processos e de alguns que não os utilizam.

Observou-se através da identificação dos elementos, que a quantidade de elementos identificados pelo autor não foram totalmente contempladas pelo serviço de tratamento da informação das instituições, obtendo disparidades entre os registros bibliográficos, uma vez que se tratou das mesmas obras. A efetivação da relação de equivalência entre os elementos das partituras e as áreas da catalogação foi válida, pois permitiu categorizar adequadamente os elementos de acordo ao capítulo 5 da AACR2 (CALDAS, 2007: p. 82).

Como citado, a utilização de um processo de catalogação como o AACR2 teve grande importância neste trabalho, visto que, utilizando esse processo como guia, a catalogação se torna mais adequada. Após essa constatação, CALDAS (2007) descreveu que a catalogação foi revisada por um profissional da informação e que, utilizando os processos de catalogação de forma correta, a organização e o catálogo ficaram satisfatórios sob o olhar e crítica daquele profissional.

Outro exemplo de trabalho que discute um processo de catalogação é o de Paulo Castagna (2003), “*Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX: implicações arquivísticas e editoriais*”. Neste artigo, o autor levanta argumentos baseados na sua experiência para com o processo de catalogação e organização RISM:

Foi durante esse processo de reorganização e catalogação, no qual adotamos, entre outros, os critérios do RISM - *Répertoire International des Sources Musicales* - que se percebeu que tais normas foram idealizadas com base principalmente na música profana e que, portanto, não resolvia boa parte dos problemas verificados na música religiosa. O fato de o RISM ser um projeto europeu também acarreta várias limitações em sua utilização, uma vez que suas normas não atendem as características específicas dos manuscritos brasileiros (CASTAGNA, 2003: p. 2).

Vemos que o autor está insatisfeito com o programa e, no decorrer do artigo, coloca soluções que, no seu caso, resolvem esta insatisfação. Porém, nota-se que essas

soluções ainda assim convergem com o processo de catalogação RISM, demonstrando que o autor soube dialogar de forma coerente entre o objeto de estudo e o processo de catalogação.

Mesmo com um processo de reorganização e catalogação limitado, é necessária a utilização do mesmo, pois, caso contrário, não haverá diálogo com órgãos universais de catalogação. É importante levantar aspectos singulares do manuscrito ou da partitura, haja vista que cada um possui informações diferentes que necessitam serem apresentadas. Para tanto, necessitamos de um profissional da música e um profissional da organização da informação. O trabalho de Maurício Marques de Faria “*O tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música para orquestra*” tratará sobre isso, discutindo a problemática da catalogação de partituras.

Os bibliotecários e arquivistas geralmente não tem conhecimento musical suficiente para atender às necessidades informacionais dos músicos e regentes e estes, de modo geral, desconhecem técnicas e padrões biblioteconômicos ou arquivísticos estabelecidos de tratamento documental (FARIA, 2009: p. 86).

Observamos no artigo a falta de conhecimento musical do bibliotecário, o que torna seu trabalho insatisfatório para uma catalogação de partituras. Por outro lado, temos a problemática dos músicos que não conhecem os processos de catalogação.

Em geral, os arquivistas de orquestra são formados em música e desenvolvem métodos próprios de tratamento de partitura, heterogêneos, pouco documentados e difundidos, impedindo uma preparação prévia de profissionais para lidar com o tratamento dessa documentação e dificultando o trânsito entre arquivo (FARIA, 2009: p. 86).

O problema entre a falta de conhecimento pelos dois lados – o musical por parte do profissional da área de ciências da informação, e o de catalogação por parte do músico – poderá ser amenizado pelos processos de catalogação que foram desenvolvidos para nortear qualquer pessoa na catalogação de documentos. Cabe ao catalogador escolher o processo que utilizará e entender sua forma de catalogação e organização. Além disso, FARIA (2009) levanta, também, um problema em relação à falta de conhecimento destes processos.

Assim como não existe um sistema único e definitivo para o tratamento da documentação tradicional, também não o há para a música. Sempre poderão existir sistemas diversos que atendam às peculiaridades de cada orquestra, repertório, local, etc. Entretanto, da mesma forma que os sistemas tradicionais de catalogação, classificação e arquivo, todos devem compartilhar uma base conceitual, metodológica e prática que permita seu bom funcionamento e divulgação, evitando que a cada novo arquivo musical criado ou a cada troca de responsável, seja [reinventada a roda] (FARIA, 2009, pag. 88).

Para concluir e finalizar, as duas questões são relevantes, ou seja, é necessário o diálogo com algum processo de catalogação, assim como são relevantes informações além daquelas do catálogo, a fim de não se limitar a pesquisa, pois, muitas vezes, o processo em si não abrange a complexidade do arquivo, principalmente quando lidamos com hermenêutica e contextualização histórica.

### 3. Referências

ESTEVES, Cláudio Antonio. *A obra vocal “de Capella” de Padre José Maurício Nunes Garcia: seis edições e seus elementos de escrita*. Campinas: 2000. [266f]. Dissertação de Mestrado em Artes. UNICAMP

SHIMABUCO, Luciana Sayure. *Dá licença maestro! A trajetória musical de Cyro Pereira*. Campinas: 1998. [235f]. Dissertação de Mestrado em Artes. UNICAMP.

CALDAS, Sérgio Eduardo Silva de Caldas. *Elementos necessários á representação descritiva de partituras: um estudo com as Bachianas Brasileiras n.1, 2 e 4 de Heitor Villa – Lobos*. Campinas: 2007. [101f]. Monografia em Biblioteconomia. Universidade Católica.

BIASON, Mary Angela. Os músicos e seus manuscritos. *Revista Per Musi*, Belo Horizonte: Volume 18, 17 – 27, 2008.

CASTAGNA, Paulo. *Dualidades das propostas editoriais de música antiga brasileira*. *Revista Per Musi*, Belo Horizonte: Volume 18, 7 – 16, 2008.

CASTAGNA, Paulo. Níveis de organização na música católica dos séculos XVIII e XIX: Implicações arquivísticas e editoriais. *I colóquio brasileiro de arquivologia e edição musical*. Mariana, Volume 1. 1 – 31, 2003.

ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva. *Catálogo de documentos musicais escritos - uma abordagem à luz da evolução normativa: Évora*, 2005. [301f.]. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais. Universidade de Évora

SIMÕES, Rui Paulo de Moura Branco. *O Stabat Mater de José Maurício*. Coimbra: 2004. [147f.]. Dissertação de Mestrado em Ciências Musicais. Universidade de Coimbra.

ABRAHIM, Judie Kristie Pimenta. *Obra de difusão interdita de Camargo Guarnieri: Catálogo comentado dos manuscritos*. São Paulo: 2010. [176f.]. Dissertação de Mestrado em Musicologia, USP.

CASTAGNA, Paulo. Uma análise paleoarquivística da relação de obras do arquivo musical de Florêncio José Ferreira Coutinho. *VI encontro de musicologia histórica*, Juiz de Fora, Volume 6, 01 – 51, 2006.

FARIA, Maurício Marques de. O tratamento documental dos arquivos musicais e a busca de práticas comuns no tratamento da música brasileira para orquestra. *Revista Opus*, Goiânia, Volume 15, p.85 - 90, 2009

#### Notas

---

<sup>1</sup> O processo de catalogação iniciou-se com o nome MARC e após os anos 1977 tornou-se UNIMARC, na qual já tivemos um entendimento com a dissertação “*Catalogação de documentos musicais escritos – Uma abordagem à luz da evolução normativa*” de Assunção (2005).